

A HORTA ESCOLAR: PERTENCIMENTO E SUSTENTABILIDADE NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Sandra Cristina Pereira de Andrade ¹

Sandra Pereira Almeida Lins ²

Erika Fabrícia Ramos Neves Calado ³

Cristiane Félix da Silva Souto ⁴

Eraldo Barbosa Cavalcanti Junior ⁵

Roberto Araújo Sá ⁶

RESUMO

A educação ambiental no campo é uma ferramenta importante em que a Escola deve utilizar no processo de conscientização dos estudantes e problemas socioambientais locais. Ou seja, trazê-los para uma responsabilização quanto a técnicas sustentáveis do manejo do solo. Assim, a pesquisa centra-se na relevância de uma horta escolar, na área rural de Palmares-PE, especificamente, na Escola Municipal Dr. Rosemiro Rodrigues de Barros. Tendo como objetivo associar a Educação no Campo à Educação Ambiental na intensificação da identidade local, como também na valorização das tradições e na promoção da sustentabilidade. Visto que os estudantes apesar de residirem em uma região propensa e estarem cercados por saberes rurais e culturais, muitos deles e suas famílias ainda têm demonstrado pouco entusiasmo na abordagem de práticas agrícolas sustentáveis, evidenciando uma desconexão preocupante com sua própria realidade. Esse desinteresse entende-se que esteja vinculado a uma percepção coletiva, ainda liga o sucesso à migração para áreas urbanas em detrimento de permanecer no campo como uma alternativa de vida. Dentro desse cenário, a ação teve como base a metodologia por projeto a partir da implementação de uma horta escolar como ferramenta educacional, capaz de mesclar conhecimentos científicos à sabedoria popular, proporcionando aprendizagens relevantes. Uma forma de incentivar a participação ativa dos estudantes associada a problemas reais, vivenciados na comunidade escolar, atrelada a produção de alimentos saudáveis e preservação do meio ambiente. Corroborando, o projeto da horta configurou-se como um espaço para a reconstrução de laços com a terra, valorização cultural e formação cidadã. Contribuiu em trazer o sentimento de pertencimento local à comunidade, demonstrando que é possível viver com dignidade no campo a partir da adoção de práticas sustentáveis. Assim, a escola ao envolver a sua comunidade, transforma-se em um modelo de ação educativa integrada, dedicada à mudança social e ambiental.

Palavras-chave: Horta escolar, Sustentabilidade, Educação do Campo, Educação Ambiental, Pertencimento.

¹ Especialização em Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul - PE, andradesandrastina91@gmail.com;

² Especialista em Ciências da Educação pela Faculdade de Tecnologia Integrada - FATIN, sandrapereiraalmeida@yahoo.com.br;

³ Especialista em Ciências Biológicas pela Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul - PE, erikacalado1971@gmail.com;

⁴ Mestre em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Federal de Pernambuco, Cristianefelixfelix@hotmail.com;

⁵ Ensino fundamental pela Escola Municipal Professor Luis Carlos Ferreira Silles, Viveirista Florestal da reserva compensatória situada no Quilombo II - Palmares-PE, eraldobarbosa309@gmail.com

⁶ Doutor em Química pelo Programa de Pós-Graduação em Química, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Núcleo de Formação Docente, CAA/UFPE, roberto.asa@ufpe.br



INTRODUÇÃO

A cidade dos Palmares está localizada na Mata Sul do estado de Pernambuco e possui forte tradição histórica ligada à cultura e à resistência, assinalada pela memória da escravidão no Brasil. Com raízes históricas na predominância da cana-de-açúcar, a cidade teve por muito tempo essa atividade como principal recurso que impulsionava a economia local. Segundo Da Silva (2010 p. 138), “A cana-de-açúcar sempre foi o principal carro-chefe no tocante à questão econômica e que fez regular a vida social dos municípios canavieiros da região Nordeste, particularmente falando na região da Zona da Mata Pernambucana”.

Esse tipo de cultura dominante, a serviço da economia local, não permitiu que outros cultivos fossem consorciados, caracterizando-se, assim, uma região marcada pela prevalência da monocultura. Essa prática, modificou a paisagem local, prejudicando o solo, esgotando seus nutrientes, além de modificar a paisagem natural da região. Segundo Da Silva (2010 p. 138), “devastando praticamente toda a mata nativa existente na região [...] em contrapartida ao enriquecimento”.

O fato da questão agrária ter sido conduzida pelos grandes proprietários por meio da exploração dos trabalhadores, submetidos a salários aviltantes ou mesmo a escravidão, ocasionou sérios conflitos, inclusive perceptíveis até os dias atuais, tornando o campo socialmente representado como lugar atrasado, enquanto a cidade passou a ser vista como espaço ideal para onde todos sonhavam migrar.

No entanto, com a decadência das usinas de cana-de-açúcar, os territórios, principalmente no Nordeste, passaram por transformações que trouxe novo significado em grande parte das localidades, trazendo novas culturas que de acordo com Da Silva (2010 p. 138) propôs, “um novo modelo de desenvolvimento mais equitativo para a região, embora a cultura da cana ainda seja bem representativo no tocante a economia local”.

Desta forma, destaca-se o “romantismo” ao qual se refere Arroyo (2004) que adverte para a necessidade de cautela ao se referir ao campo, sugerindo que se observe o quanto nessa região a vida é sacrificada, compreendida apenas como lugar de trabalho, de produção. De acordo com Elesbão (2007, p. 48): “O rural, além de ser espaço produtivo, é lugar de vida, de interação social, condição muitas vezes colocadas em segundo plano da sua análise.”

Esses impactos históricos, decorrentes de questões agrária e da prática da monocultura, ainda perpetuam em grandes regiões do país. Em Palmares, o desenvolvimento dessa cultura se enfraqueceu em grande parte do território. Entretanto, as marcas dessas ações perpetuam até os



dias atuais, principalmente no que diz respeito ao esgotamento dos nutrientes do solo e ao desmatamento de grande parte da mata nativa. Desta forma, são necessárias ações que possam compensar essas perdas, bem como, trazer discussões que viabilizem a policultura, embora que essas ações sejam realizadas em pequena escala, como forma de sensibilizar a população, quanto a importância dos pequenos produtores, como na agricultura familiar. Isto permitirá a rotação de culturas, a diversidade de espécies, que ajudarão a melhorar o solo com relação a sua fertilidade e reduzirá a necessidade do uso de fertilizantes químicos.

O campo possui características próprias e lá vivem sujeitos remanescentes de um passado desafiador, mas que podem contribuir para a construção de um novo cenário, no qual sejam viabilizadas propostas de desenvolvimento do campo e para o campo. Para isso, é fundamental que os moradores se sintam pertencentes, e, assim, compreendam, por meio da educação, o caminho viável para a formação de concepções que respaldem a construção dessas novas ideias. Essas ideias devem promover a valorização do campo e a dinâmica de suas relações com a cidade, de modo que se compreenda, de forma efetiva, o papel que ambos exercem em meio à sociedade.

Nesse sentido, a função social da escola assume um papel de grande relevância, sobretudo quando se trata da escola do campo, que, de acordo com Caldart (2020, p.7), deve “[...] inserir a escola na construção da vida humana e social das comunidades camponesas, fortalecida na relação entre agroecologia e luta pela transformação do sistema social, construção que exige/possibilita trabalhar pelo desenvolvimento multilateral do ser humano.”

Quando a escola oportuniza aos educandos um novo olhar para esse espaço, promovendo discussões interconectadas à vida dos camponeses e à questão socioambiental, fortalece o desenvolvimento de ações que fomentam o pensamento crítico voltado à proteção do meio ambiente, à mitigação da degradação ambiental, a produção de alimentos de forma mais sustentável, como, por exemplo, por meio da horta escolar, fortalecendo, assim, o sentimento de pertencimento.

Diante dessas possibilidades educativas promovidas pela horta escolar, esta pesquisa centra-se em analisar sua relevância na área rural de Palmares-PE, especificamente, no Distrito de Santo Antônio, na Escola Municipal Dr. Rosemiro Rodrigues de Barros.

A escola foi inaugurada em 18 de abril de 1981 e, desde então, atendeu à modalidade regular. Só no ano de 2024, passou a funcionar em tempo integral, o que proporcionou um cenário propício para a pesquisa, visto que a instituição atualmente possui uma carga horária



ampliada, somando sete horas diárias, incluindo as eletivas, dentre elas a de Agroecologia.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é associar a Educação no Campo à Educação Ambiental na intensificação da identidade local, como também na valorização das tradições e na promoção da sustentabilidade. Visto que os estudantes, apesar de residirem em uma região propensa e estarem cercados por saberes do campo e culturais, muitos deles e suas famílias ainda têm demonstrado pouco entusiasmo na abordagem de práticas agrícolas sustentáveis, evidenciando uma desconexão preocupante com sua própria realidade. Uma situação preocupante, pela evasão da população residente nesta área, por vislumbrar o sucesso à migração para as áreas urbanas, pois para muitos a vida no campo é apenas uma alternativa de vida.

Logo, o projeto da horta escolar, é uma alternativa que traz para a comunidade escolar subsídio para repensar à prática, além de conectar os conteúdos dos currículo de forma interdisciplinar, otimiza o tempo pedagógico, e colabora para a formação cidadã dos estudantes, trazendo a comunidade escolar, o sentimento de pertencimento e dignidade no campo por meio de adoção de práticas sustentáveis, promovendo mudança social e ambiental.

METODOLOGIA

Nesse contexto, a ação teve como base a metodologia aplicada aderiu o modelo de Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), conforme preconizado por Hernández (2000), Zabala (1998) e Dewey (1970). a partir da implementação de uma horta escolar como ferramenta educacional, capaz de mesclar conhecimentos científicos à sabedoria popular, proporcionando aprendizagens relevantes. Uma forma de incentivar a participação ativa dos estudantes associada a problemas reais, vivenciados na comunidade escolar, atrelada a produção de alimentos saudáveis e preservação do meio ambiente.

A pesquisa foi conduzida com uma perspectiva qualitativa e descritiva, fundamentada nos princípios da Educação Ambiental crítica e da Educação do Campo. Tais fundamentos consideram a escola como um espaço crucial para promover mudanças sociais e reconhecer o saber local.

A metodologia aplicada teve como objetivo envolver os estudantes em investigações autênticas, favorecendo a autonomia, o protagonismo e a construção colaborativa do conhecimento.

As atividades foram realizadas na Escola Municipais Dr. Rosemiro Rodrigues de



Barros, localizada na cidade de Palmares-PE. Sendo desenvolvidas de maneira integrada, englobando as fases de planejamento, execução e reflexão, e contou com a contribuição de professores, estudantes e a comunidade escolar.

Inicialmente, foi realizado um encontro de sensibilização sobre questões ambientais, abordando temas como sustentabilidade, soberania alimentar e valorização da cultura rural. Em seguida, o planejamento da horta escolar foi elaborado de forma coletiva, com a participação dos envolvidos, que decidiram sobre o local, os tipos de culturas, a distribuição das tarefas e as estratégias de manutenção do projeto.

Na fase de implementação, foram utilizadas práticas de agroecologia, incluindo a aplicação de adubos naturais, o reaproveitamento de resíduos orgânicos e a gestão sustentável do solo, com o intuito de interligar conteúdos de Ciências, Matemática, Geografia e Língua Portuguesa entre outras. Todo o processo foi acompanhado por meio de observações, registros fotográficos e anotações reflexivas, o que possibilitou compreender como essas ações contribuíram para o desenvolvimento de competências socioambientais e fortaleceram a relação entre a escola, a natureza e a comunidade à luz da análise de conteúdo (Bardin, 2016).

REFERENCIAL TEÓRICO

Nos últimos anos diante dos crescentes problemas relacionados as ações antrópicas que atingem ao meio ambiente, no Brasil, as discussões foram ampliadas, e ganharam “projeção a partir da década de 80” (Cunha, 2013, p.222).

Com a elaboração da versão inicial do Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA em 1994 em compartilhamento com ao Ministério de Meio Ambiente e Ministério de Educação, as discussões ganham mais força, pois previa formação de professores e gestores para implementação de ações educativas que tivessem bases metodológicas mais consistentes.

No entanto, secundo Cunha (2013) existe dificuldades em abordar o tema de forma interdisciplinar, “os professores têm encontrado muitas dificuldades em desenvolver a EA dentro dessas novas demandas, o que é comumente associado a uma deficiente formação profissional dos professores, mas que também pode envolver problemas não relacionados com recursos humanos” (Cunha, 2013, p.222).

Para Cunha (2013), essa dificuldade de abordar o tema de forma interdisciplinar se justifica pelos seguintes fatores:

- 1) ainda é muito forte a ideia cartesiana de divisão dos conteúdos em disciplinas; 2) a inserção da EA é relativamente recente; 3) os professores não



se sentem seguros para aderir a determinados projetos; e 4) pelo fato da EA 2) se encontrar ainda pouco enraizada institucionalmente no espaço acadêmico (Cunha, 2013, p.222-2023).

Corroborando, a abertura do profissional para adesão de novas metodologias voltadas a Educação Ambiental torna-se pontual e fragmentada, sem enraizá-las nas práticas do cotidiano, consolidando-se muitas vezes apenas em datas comemorativas, como, por exemplo, o “Dia da Árvore”, sob a forte ideia de que não seja possível dar conta dos conteúdos previstos pelo currículo escolar. Entretanto, “a superação do modelo tradicional de formação por uma modalidade de caráter ativo de construção de conhecimentos deve assegurar a posterior continuação do processo de autoformação e formas diferenciadas de uso dos conhecimentos adquiridos” (Medina, 2001, p.20)

Esse contexto, também se reflete na Educação do Campo, “A história brasileira mostra que, por muitos anos, a educação do campo não foi sequer mencionada nas normativas educacionais, fazendo com que o campesino não se reconhecesse como sujeito de direitos e obrigações” (Mora; Gomes, 2020, p.1).

Nesse sentido, a escola assume um papel fundamental na emancipação desse sujeito, possibilitando sua formação cidadã, contribuindo para que reflita sobre seus direitos, suas responsabilidades perante a sociedade, especialmente no que se refere a preservação ambiental, promovendo um pensamento autônomo, não submisso a outras ideias.

A Educação Ambiental na escola do campo é uma ferramenta importante que deve ser utilizada no processo de conscientização dos estudantes acerca de possíveis intervenções nos problemas socioambientais locais, valorizando práticas de sustentabilidade. Essa perspectiva dialoga com os princípios subjacentes à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na qual é estabelecida a sustentabilidade a partir de sua décima competência: “Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.” (BRASIL, 2018, p.10)

Ao promover um olhar contextualizado acerca da realidade do educando, a escola possibilita uma valorização daquilo que lhe é próprio - sua identidade, sua cultura -, assim, proporciona ao estudante sentir-se parte do lugar onde vive - senso de pertencimento. A valorização do campo portanto, será capaz de impulsionar a responsabilização quanto ao uso de técnicas sustentáveis do manejo do solo e o quanto isso é relevante para a vida em sociedade, uma vez que o sonho em migrar para a cidade é uma tônica cada vez mais presente entre boa



parte de moradores do campo, em especial entre os jovens que, mesmo sem a possibilidade de mudar para a cidade, manifestam interesse em estudar na escola da zona urbana da cidade em detrimento da escola do campo localizada em seu território. Fica portanto evidenciado, o quanto se faz relevante que a escola do campo consolide sua função em prol da transformação social e valorização da cultura conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional em seus artigos 3º incisos X e XI respectivamente: X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A forma como o professor estrutura suas aulas e os recursos que utiliza são fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem. Em uma aula convencional, por exemplo, observa-se, muitas vezes, a ausência de um ambiente adequado para que os alunos compartilhem conhecimentos, resultando apenas na transmissão de informações. Assim, é responsabilidade do educador criar oportunidades para discussões em determinadas abordagens, buscando, na medida do possível, fomentar a interação e a troca de saberes entre os estudantes. Nesse sentido, a horta escolar configura-se como uma excelente ferramenta que dialoga com conteúdo interdisciplinar com a prática. Além disso, ao definir suas intenções e metas específicas para as mediações, o professor pode facilitar momentos de maior envolvimento entre os estudantes.

Para Medina (2001):

Os objetivos, os conteúdos e as formas de avaliação devem ser coerentes com as propostas da Educação Ambiental para o ensino fundamental e permitir a discussão de conceitos complexos, como educação, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, sistemas complexos ambientais, problemas e potencialidades ambientais, entre outros. Todos os conteúdos devem ser contextualizados espacial e temporalmente, e a ênfase deverá colocar-se nas inter-relações dinâmicas entre eles, a fim de gerar formas de pensar diferentes para uma compreensão linear dos processos históricos envolvidos nas questões ambientais, visando à construção de novas formas de entender a ciência e o saber popular como instrumentos para a transformação do mundo (Medina, 2001, p.20).

O trecho enfatiza a importância de haver alinhamento entre as metas, os conteúdos e os métodos de avaliação em relação às iniciativas de Educação Ambiental. O ensino, nesta abordagem não pode estar desarticulado com as questões locais, a proposta de ensino deve estimular discussões relevantes ao processo de formação cidadã, onde se construam possibilidades para mitigar a degradação ambiental, e a horta escolar traz recursos que podem alargar essas discussões.

Para Cavalcante (2024):

A educação ambiental, quando implementada nas escolas rurais, é mais do que



fornece um aprendizado sobre conservação; deve ser uma ferramenta revolucionária, que incentiva a proteção e preservação do meio ambiente, promovendo uma relação simbólica entre as pessoas e a natureza. A escola rural, com sua interação com a terra e o meio ambiente, pode proporcionar esse objetivo de forma clara e diversificada, de maneira a preparar os alunos para serem sujeitos capazes de proteger o meio ambiente e compreender o importante trabalho que realiza na sustentabilidade do mundo. (Cavalcante; 2024. p.7)

Enfim, a horta escolar constitui um laboratório vivo, em que o estudante aprende de forma ativa, a observar, a investigar e a compreender sua relação com a natureza em uma perspectiva de reciprocidade. Além de estimular o protagonismo, estimula reflexão, desperta a curiosidade e desenvolve o senso de responsabilidade ambiental, contribuindo para a formação cidadã. Assim, promove o pertencimento ao território e o diálogo entre conhecimento científico e o popular.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Corroborando, o projeto da horta configurou-se como um espaço para a reconstrução de laços com a terra, valorização cultural e formação cidadã. Contribuiu em trazer o sentimento de pertencimento local à comunidade, demonstrando que é possível viver com dignidade no campo a partir da adoção de práticas sustentáveis. Assim, a escola ao envolver a sua comunidade, transforma-se em um modelo de ação educativa integrada, dedicada à mudança social e ambiental.

As atividades realizadas demonstraram que a horta escolar se firmou como um ambiente de aprendizado dinâmico e interdisciplinar na Educação do Campo, promovendo aprendizagens relevantes e contextualizadas. A prática permitiu que os alunos compreendessem de maneira prática os ciclos naturais, a importância de cuidar do solo e a relevância da sustentabilidade no ambiente escolar e na comunidade.

Dessa forma, os resultados indicam que a adoção de práticas sustentáveis na rotina das escolas do campo não só aprimora a aprendizagem, mas também ajuda na formação de indivíduos conscientes, que conseguem perceber sua interdependência com o meio ambiente e agir em conjunto em favor de uma sociedade mais justa e sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, a conclusão, longe de encerrar definitivamente as questões, constitui-se como uma possibilidade para outros percursos investigativos, uma vez que a investigação abre novas alternativas. Nesse sentido, é possível considerar que a experiência vivenciada por meio



da articulação entre teoria e prática, contextualizadas no trabalho com a horta escolar, permite que os estudantes ressignifiquem as ideias até então concebidas — de que o campo seria um lugar arcaico e a cidade, o espaço do progresso.

Na verdade, a educação do campo tem se configurado como um espaço de resistência frente aos desafios (ARROYO, 2015, p. 47-68), de modo que a identidade local vem sendo fortalecida e reconstruída nos vínculos com a terra.

O campo é lugar de vida, de esperança, e a escola possui papel essencial na promoção da valorização desse espaço, oportunizando aos estudantes, além do conhecimento, a vivência de práticas sustentáveis e, sobretudo, o fortalecimento do sentimento de pertencimento.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

ARROYO, Miguel G. Os movimentos sociais e a construção de outros currículos. Educar em Revista, n. 55, p. 47-68, 2015.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Versão final. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf Acesso em: 08/10/2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

BRASIL. Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Educação, 2003. 64 p.

CALDART, Roseli Salete. Função social das escolas do campo e desafios educacionais do nosso tempo. Texto preparado para Aula Inaugural do semestre do curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral, realizada em, v. 9, 2020.

CAVALCANTE, Erisvaldo Pereira. Educação para a Sustentabilidade no Campo: Um Estudo sobre Práticas Pedagógicas e Preservação Ambiental nas Comunidades Rurais. ID on line. Revista de psicologia, v. 18, n. 74, p. 164-176, 2024.

CUNHA, Igor Vinícius Pereira. Avaliação da Educação Ambiental em escolas vinculadas a uma usina de cana-de-açúcar na Mata Sul de Pernambuco. Biotemas, v. 26, n. 3, p. 221-229, 2013.

DA SILVA, Girlan Cândido. A representação sócio-econômica da cana de açúcar para a região da zona da mata de Pernambuco. Geoambiente On-line, n. 14, p. 01-22 pág., 2010.



DEWEY, John. Democracia e educação. São Paulo: Nacional, 1970.

ELESBÃO, Ivo. O espaço rural brasileiro em transformação. Finisterra, v. 42, n. 84, 2007.

HERNÁNDEZ, Fernando. Cultura visual e práticas educativas. Porto Alegre: Artmed, 2000.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação Ambiental e Movimentos Sociais: a construção da cidadania ecológica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MEDINA, Naná Mininni. A formação dos professores em Educação Ambiental. Panorama da educação ambiental no ensino fundamental. Brasília: MEC, p. 17-24, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MORA, Edinei Aparecido; GOMES, Patrícia Pereira; BARBADO, Norma. Um estudo sobre a relação entre a Educação Ambiental e a Educação do Campo. Research, Society and Development, v. 9, n. 10, p. e9319109384-e9319109384, 2020.

